



Câmara dos Deputados

PL 3.115/2019

Autor: Guiga Peixoto

Data da Apresentação: 23/05/2019

Ementa: Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de isentar as entidades benfeitoras de assistência social do pagamento de custas processuais.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Texto Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Regime de tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Em 24/06/2019